

A CONSTRUÇÃO SIMULTÂNEA DA RESPOSTA À AIDS
E ÀS PRESENÇAS DO RELIGIOSO NO ESPAÇO PÚBLICO:
REFLEXÕES A PARTIR DO *1º SEMINÁRIO AIDS E RELIGIÃO*
*DO RIO GRANDE DO SUL*¹

*Marcello Múscari*²

Resumo: O presente artigo busca avançar na discussão acerca das presenças do religioso no espaço público e, especificamente, apresentar, a partir da narrativa do *1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul*, como se dá a regulação difusa do religioso no Brasil, tal como proposto por Giumbelli (2002). A partir da apresentação da organização do Seminário, do evento propriamente dito, bem como de alguns dos seus desdobramentos, busco mostrar como, durante a efetivação de políticas de combate à aids, ocorre também o estabelecimento de limites e contornos do que se espera do religioso em sua participação na vida pública do país. Mais amplamente, pode-se perceber o impacto da política pública narrada sobre o cenário religioso local, o que leva a refletir sobre as mútuas construções envolvendo religião e política.

Palavras-chave: Aids; Religião; Espaço público; Regulação do religioso.

Abstract: This article aims to advance in the discussion about the presences of the religious in public space and, specifically, aims to show, through the narrative about the *1º Aids and Religion Seminar of Rio Grande do Sul*, how occurs the diffuse

¹ A discussão aqui apresentada é um recorte do argumento central em torno do qual desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso, apresentado ao final de 2011, como condição para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para o trabalho em sua totalidade, ver *A dupla construção: a resposta à aids e a regulação do religioso no 1º Seminário AIDS e Religião do Rio Grande do Sul*, disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40398/000827246.pdf?sequence=1>.

² Mestrando em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do NER – Núcleo de Estudos da Religião.

regulation of the religious in Brasil, as proposed by Giumbelli (2002). Presenting the seminar's organization, the event itself, as well as some developments, I intend to show how, while the public policies against aids are being implemented, also is happening the limits and borders definition of what is expected from the religious, concerning public life. More broadly, we can see the impact this public policy has on the local religious scene, which leads us to discuss the mutual constructions involving religion and politics.

Keywords: Aids; Religion; Public space; Regulations of the religious.

A emergência da epidemia de HIV e aids³ na década de oitenta incitou os mais diversos grupos a se posicionarem, de alguma maneira, frente à nova doença, incluindo-se aí organizações e lideranças religiosas. Com trinta anos da epidemia no mundo, novas perspectivas de abordagem e rumos a seguir têm sido pensados pelos órgãos públicos de saúde e intelectuais que, de alguma forma, chegaram a refletir sobre a aids ou os diversos temas que ganharam publicidade, juntamente com a epidemia. Atualmente, no Brasil, o que se busca é uma compreensão cada vez mais integral do caráter da doença, sua epidemia e dos que convivem – cada vez por mais tempo – com o *positivo* em seus testes sorológicos.

³ Refiro-me à aids em letras minúsculas por reconhecer que não se trata mais de uma sigla, mas sim de uma palavra. Conforme Castelar de Carvalho (2003), “A necessidade de comunicação social, técnica e administrativa cada vez mais direta e concisa fez com que se expandissem as siglas, as quais, criadas e socializadas linguisticamente, passam a ser sentidas pela massa falante como verdadeiras palavras novas, capazes inclusive de gerar derivados.”, como aconteceu com a palavra aids, que motivou o neologismo aidético. Esta é também a orientação do Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites virais, que compreende o termo “aids” como substantivo comum. Naturalmente, referências à títulos de eventos e nomes de instituições são reproduzidos respeitando sua forma original.

O presente texto foi construído⁴ no âmbito do projeto *Respostas Religiosas ao HIV/AIDS no Brasil*⁵. Este estruturou-se na tentativa de lançar luz sobre como as religiões católica, evangélicas e afro-brasileiras responderam às questões que emergiram com o avanço da epidemia no Brasil e também sobre as maneiras como as respostas de cada tradição religiosa têm interagido com a sociedade civil e com as agências do Estado-nação.

É deste lugar que buscarei narrar a experiência do Grupo de Trabalho Aids e Religião – RS, mobilizado em 2008, em Porto Alegre, para organizar o *1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul*. O fio condutor que guiará esta narrativa será mostrar como simultaneamente em que se construía a resposta estadual e brasileira à epidemia de aids ocorria também uma delimitação das fronteiras, dos estatutos e contornos do que se espera do religioso em suas relações com o poder público quando o assunto é aids e saúde e, mais amplamente, nas relações entre Estado e religiões.

Pensar em estatutos e contornos das relações entre Estado e grupos religiosos tem por base as noções de *dispositivos de regulação do religioso* e de *regimes de reconhecimento do religioso* desenvolvidas por Giumbelli (2002), a partir das quais podem ser pensadas essas relações não a partir do conceito de *laicidade*, mas através de modalidades de relação entre Estado e religião (2002, p. 54). Segundo Giumbelli (2002, p. 284), as análises dos regimes

⁴ Este artigo analisa dados do projeto Respostas Religiosas ao HIV/AIDS no Brasil, financiado pelo U.S. National Institute of Child Health and Human Development (1 R01 HD05118-01). Coordenador principal: Richard Parker (Columbia University) e realizado no Rio de Janeiro (coord. Veriano Terto Jr. /Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS); São Paulo (coord. Vera Paiva/Universidade de São Paulo); Porto Alegre (coord. Fernando Seffner/Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Recife (coord. Luis Felipe Rios/Universidade Federal de Pernambuco). O conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores e não representa a posição oficial do Eunice Kennedy Shriver National Institute of Child Health and Human Development ou do National Institutes of Health. Informações adicionais através do site www.abiaids.org.br.

⁵ Contando com financiamento do National Institute of Health e coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, em parceria com o *Centro de Gênero, Sexualidade e Saúde da Escola de Saúde Coletiva da Universidade de Columbia*, o projeto foi estruturado como um empreendimento simultâneo de pesquisa e intervenção e foi oficialmente encerrado em maio de 2010.

gerais que definem as “[...] capacidades de intervenção do Estado brasileiro no campo religioso [...] [devem] deslocar-se para as disputas concretas que acontecem no interior de conjunturas sociais específicas”, pois é neste nível, através da mobilização de dispositivos sociais variáveis, que essa relação se constrói.

É sobre esta base que se propõe um novo referencial para pensar as relações entre religião e modernidade de modo a abrir o leque de uma análise estritamente sobre o avanço ou recuo do religioso, ou sobre gradações de uma ingerência do religioso sobre outras esferas – tal como operado na tese da secularização –, para compreender, mais amplamente, as modalidades de presença e formas de reconhecimentos do religioso no universo dos Estados nacionais e, mais especificamente, nos seus ditos espaços públicos. O foco se lança, pois, sobre os diversos planos e as ações que têm como efeito, deliberado ou não, delimitar o lugar do religioso na vida pública do país.

É nesta discussão que opto por situar a minha problematização sobre o Grupo de Trabalho Aids e Religião do Rio Grande do Sul⁶ e o Seminário em que ele resultou. Nesta perspectiva, mais do que simplesmente agir no sentido de construir uma resposta pública mais efetiva à epidemia de HIV/aids, as políticas que pensam e incidem sobre a epidemia também contribuem para estabelecer um contorno do que se espera do religioso no país. Para compreender os arranjos que se dão entre modernidade e religião no Brasil e as construções feitas sobre a própria noção de religião, deslocamos-nos para as disputas concretas.

Construí o presente texto a partir da organização dos dados em três momentos distintos, não necessariamente estanques, mas que servem para guiar a apresentação do processo que busco narrar. Em cada uma das três partes – A organização; O evento; Aids e Religião no Rio Grande do Sul três anos após o Seminário – busco apresentar como durante a efetivação de uma política de aids protagonizada por uma repartição pública de saúde ocorre, de modos diversos, o estabelecimento de parâmetros que pautam a inserção e o reconhecimento de grupos religiosos no espaço público.

⁶ De modo a tornar o texto mais fluido, o Grupo de Trabalho Aids e Religião por vezes vai ser referido como GT Aids e Religião, ou, simplesmente, GT.

Neste sentido, na primeira seção, resalto a diversidade de modos utilizados pela política pública para ter acesso aos grupos que vieram a compor o GT e também o papel central que assume, para sua efetiva inserção no espaço público, a capacidade de um grupo de se apropriar dos modos burocrático-tecnológicos pelos quais opera a política pública. Amplamente, trata-se de refletir sobre os limites entre o público e o privado, bem como o papel destes âmbitos na efetivação de políticas e no reconhecimento de grupos religiosos no espaço público.

Na segunda parte do texto, dois pontos merecem destaque. Tendo o poder público, em seu esforço, por incluir grupos em sua proposta de ação, articulado como operador a noção de “matriz religiosa”, podemos perceber os limites classificatórios desta categoria pelos modos como foi manobrada por agentes em campo. Percebemos também a diversidade de formas pelas quais os grupos ali reunidos se apresentam para o debate no espaço público. Nas falas dos religiosos presentes, distintas concepções da noção de religião foram articuladas para expressar as intenções em jogo naquele espaço.

Por fim, a narrativa encerra-se com a apresentação de alguns desdobramentos do 1º Seminário Aids e Religião – RS que podem ser percebidos, retrospectivamente, três anos após a realização do evento. Percebemos aqui como a emergência pública da temática aids e religião, primeiro nacionalmente, mas depois replicando-se em nível estadual e municipal, promove a articulação de agentes e instituições que, antes disso, poderiam permanecer distantes e isolados em seus domínios. Aids e religião enquanto foco de atenção de políticas públicas produz, assim, impactos tanto no que se refere ao Estado e a seus modos de gestão das diversas áreas da vida quanto na existência pública dos diversos grupos que buscam ou são levados a se inserir no debate enquanto matrizes religiosas.

A ORGANIZAÇÃO

O antecedente mais imediato do *1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul* pode ser destacado como o *1º Seminário Nacional de Aids e Religião* realizado em 2006 na cidade de Brasília pelo então Programa

Nacional de DST e Aids. Este reuniu na capital do país representantes de programas estaduais de DST/aids; representantes da sociedade civil organizada, como ONGs/aids e a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+); intelectuais e personalidades de reconhecida trajetória na luta contra a epidemia. Daqueles que vieram a compor posteriormente o Grupo de Trabalho no Rio Grande do Sul, estavam presentes: representantes da Seção Estadual de DST/Aids⁷, representantes das ONGs/aids e RNP+, representantes da Pastoral de DST/AIDS da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e representantes da ONG/aids Casa Fonte Colombo, idealizada e dirigida por freis menores Capuchinhos, também inseridos na estrutura católica⁸. A repercussão deste primeiro evento sobre o aqui analisado consiste no fato de que nele foi firmado pelos representantes do poder público estadual o compromisso de realizar, regionalmente, um evento envolvendo os mesmos temas, seguindo as orientações da carta final do encontro.

Dois anos depois do seminário nacional, a Seção Estadual inicia, com o objetivo de organizar o evento em seu estado, a composição do que veio a se tornar o Grupo de Trabalho Aids e Religião do Rio Grande do Sul. Nesta fase de estruturação do Grupo de Trabalho, primeiramente foram convidados: um representante do Fórum de ONGs/Aids do Rio Grande do Sul, um representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com AIDS e uma médica que gerencia um programa municipal de DST/aids.

Imaginando que este processo deveria contar com o suporte e a participação dos religiosos – principal público-alvo do evento –, foram convidados representantes das diversas matrizes religiosas⁹ que se conseguiu mapear no

⁷ Seção Estadual de Controle das DSTs e da AIDS da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Será referida ao longo do texto somente como Seção Estadual ou como Seção de DST/AIDS. Órgão executivo da política estadual de combate às DSTs e à aids, proponente e financiador do seminário aqui analisado.

⁸ Para uma discussão específica sobre as relações entre esta ONG católica e as políticas públicas de aids, pode-se consultar o trabalho de Emil, Seffner e Steil (2010).

⁹ Matriz religiosa foi o termo corrente entre os componentes do GT para se referir às religiões ali presentes. Aqui reproduzo a noção na condição de categoria êmica.

estado. Ainda que nas programações provisórias estivessem previstas treze matrizes religiosas¹⁰, o grupo estabilizou-se com a participação de um número bem menor do que este. Estiveram presentes em pelo menos uma reunião do GT as matrizes: indígena, budista, católica, africana, judaica, espírita e luterana; e, dessas, a matriz espírita e a indígena tiveram uma participação quase nula¹¹. Somente a matriz católica participou de todas as reuniões, ora através de uma representante da ONG/aids Casa Fonte Colombo, ora de um representante da Pastoral da AIDS.

Pode-se dizer que a Seção Estadual se valeu de modos bem diversos para acessar aqueles que viriam a ser os representantes de cada religião junto ao grupo. A matriz católica foi a primeira convidada a compor o GT por ser, segundo a fala corrente, a única já reconhecida previamente como parceira na luta contra a epidemia. A matriz africana foi acessada por intermédio do CODENE/RS – Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Rio Grande do Sul, que indicou duas associações para compor o grupo: a ASSOBECATY – Associação Beneficente Cultural Africana Templo de Yemanjá, e o CEDRAB – Centro em Defesa das Religiões Afro-brasileiras. Com a matriz espírita, o contato foi feito através da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Os budistas foram lembrados pela médica que coordena o programa de aids do município de Viamão, a qual possuía contatos privados com este segmento religioso. A matriz indígena foi contatada por meio da FUNAI. A judaica foi lembrada por outra funcionária, ela própria membro desta congregação religiosa, e ficou então representada pela União Israelita de Porto Alegre. A matriz luterana esteve representada pela IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana

¹⁰ Na programação preliminar do evento, distribuída na reunião do GT em 02/09/2008, são indicadas para a composição da mesa de abertura do Seminário treze matrizes religiosas: Matriz Africana, Igreja Católica, Centro Budista Bodisatva, Matriz espírita, Comunidade Judaica do RS, Matriz Luterana, Matriz Metodista, Matriz Indígena, Igreja Evangélica, Igreja Islâmica, Igreja Mormon, Matriz Oriental, Testemunhas de Jeová.

¹¹ A matriz espírita compareceu somente aos três primeiros encontros e a matriz indígena somente a um, às vésperas já da realização do evento, através de um indígena funcionário da FUNAI.

no Brasil, em boa parte porque há uma ONG/aids no município de São Leopoldo que mantém relações próximas com essa igreja. Por fim, nós do núcleo Porto Alegre do projeto Respostas Religiosas, fomos convidados a participar do GT e rapidamente passamos de pesquisadores analisando a experiência à colaboradores, com a proposta que ali se efetivava¹².

As reuniões do grupo aconteciam sempre em dias úteis, geralmente no período da manhã, e mobilizavam em média onze pessoas. Após as apresentações de todos os participantes, coordenadas pela representante da Seção Estadual, seguia-se um breve resumo do atual estágio de organização do Seminário, bem como uma proposta de pauta para o dia. Esta retomada era feita pela mesma funcionária, sendo ela sempre auxiliada pela representante da Casa Fonte Colombo, que mantinha rigorosas anotações de todas as reuniões. Devido a estas mesmas anotações, a representante católica assumiu informal e gradativamente a função de fazer circular via e-mail relatos detalhados de todos os encontros, incluindo temas debatidos e encaminhamentos. Estes relatos eram enviados a uma lista de e-mails envolvendo todos que chegaram a participar de pelo menos uma reunião. Partiam de um e-mail institucional da *Secretaria Casa Fonte Colombo*, iniciavam com a saudação *Paz e Bem!* e vinham escritos sobre um fundo com os dados, símbolos e dizeres da instituição religiosa.

Ao longo das reuniões do grupo, foi se delimitando quais os temas que deveriam ser abordados no Seminário, qual caráter se esperava que ele assumisse, de quais metodologias seria composto e quais os nomes indicados dos palestrantes e assuntos a serem desenvolvidos em suas falas. Em uma das reuniões, ficou definido que elas deveriam ser itinerantes por locais disponibilizados por cada um dos representantes religiosos ali presentes, e que cada uma das matrizes disporia de quinze vagas no evento, a serem distribuídas pelos respectivos representantes componentes do GT.

¹² Naquele momento, o núcleo da pesquisa em Porto Alegre era composto por seu coordenador, Prof. Dr. Fernando Seffner, e por três bolsistas de iniciação científica, Luana Rosado Emil, Carolina Peres Terra e eu, sendo que coube a mim acompanhar mais detidamente e problematizar a experiência do Grupo de Trabalho Aids e Religião.

O grupo acabou por decidir que o evento deveria ser primordialmente ecumênico, considerando que espaços para embates inter-religiosos e entre religiosos e militantes em aids já existem suficientemente e não costumam contribuir para o enfrentamento da epidemia. A ideia era que o Seminário teria por objetivo promover o diálogo em dois níveis: (1) entre as políticas públicas de aids e as possíveis inserções religiosas sobre o tema; e (2) das matrizes religiosas entre si, buscando (re)pensar seus posicionamentos frente à epidemia. Assim, buscou-se construir uma pauta que fugisse de temas polêmicos¹³ e enfatizasse as contribuições e parcerias que os religiosos poderiam ter para participar ativamente da luta contra o HIV/aids.

Estavam previstas para o Seminário 250 pessoas, sendo que se estima que mais de 300 estiveram presentes no evento. Para que estes cadastros pudessem ser feitos no tempo demandado pelo hotel e pela Secretaria de Saúde, foi exigido dos representantes religiosos que as inscrições dos seus participantes fossem feitas com dez dias de antecedência com relação ao evento. Frente à dificuldade encontrada pelas matrizes indígena e africana em fazer seus componentes preencherem e enviarem antecipadamente por e-mail as fichas de cadastramento, foi permitido a essas matrizes a realização das suas inscrições no início do Seminário, contanto que ao menos os nomes de todos os participantes fossem enviados no prazo oferecido às demais. Era o fato de todo o processo de inscrições ser realizado via e-mail, o que era destacado, por estes dois grupos, como responsável pela baixíssima adesão ao evento já a poucos dias de seu início. Vale notar que mesmo uma das mães-de-santo que compôs o GT não possuía um endereço de e-mail até aquele momento, tendo de ser auxiliada por uma de suas filhas-de-santo para acompanhar as discussões do grupo.

Planejado para se distribuir por cinco turnos durante os dias 29, 30 e 31 de outubro de 2008, o *1º Seminário Aids e Religião – Em busca de um diálogo no campo religioso para o enfrentamento da epidemia de Aids no RS* contou com a participação de 95 religiosos, que se cadastraram no evento segundo a seguinte distribuição: 23 pessoas da matriz africana; 34 da matriz

¹³ Como a condenação do uso do preservativo pelo Papa e a promoção da cura pela fé por parte de alguns segmentos evangélicos.

católica; 4 da matriz anglicana; 1 da matriz budista; 2 da matriz cristã; 4 da matriz espírita; 4 da matriz evangélica; 3 da matriz evangélica Assembleia de Deus; 2 da matriz Igreja do Evangelho Quadrangular; 3 da matriz judaica; 10 da matriz luterana IECLB; 2 da matriz Universal do Reino de Deus; 2 lideranças indígenas Kaingang; 1 liderança indígena Guarani.

Atentar à diversidade dos termos utilizados pelos participantes para se identificarem em suas inscrições no evento direciona nosso olhar para a adequação da noção de matriz religiosa em designar e delimitar o pertencimento dos sujeitos ali presentes. Das matrizes que acabaram surgindo nas fichas de inscrição no evento, não estavam previstas pela organização as matrizes: Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Evangélica Assembleia de Deus. Ainda, a matriz prevista como “matriz religiosa indígena” acabou se diluindo, pela autodeclaração dos participantes, em liderança indígena Guarani e liderança indígena Kaingang, apagando completamente a vinculação daqueles participantes com alguma matriz religiosa.

O modo como foi operada ao longo do processo, a categoria matriz religiosa, para descrever os grupos que se pretendia acessar, parece indicar a operacionalização de um conceito genérico de religião. Trabalha-se com a ideia de “evangélicos num geral”, sem atentar para o fato de que, se a organização tivesse sido rigorosa em sua proposta de distribuição de vagas por matriz, segmentos do universo religioso que se reconhecem como distintos se veriam sob a mesma categoria e obrigados a dividir as vagas entre si.

No caso da matriz indígena, o problema ainda é outro. A política pública, neste caso, pareceu operar segundo uma ideia de que todos têm religião, inclusive *os indígenas*, estes outros exóticos e homogêneos. Aqueles que se apresentaram em nome deste grupo fizeram então um esforço específico de não se construírem enquanto matriz religiosa, mas sim como liderança de um grupo étnico.

Seria o caso de lembrarmos, como faz Otávio Velho (2007, p. 292), de “[...] *que a religião pensada como uma arena institucional diferenciada data do século XVII*” e que “[...] *o modelo do cristianismo impõe-se mesmo quando é para marcar contrastes*” (Velho, 2007, p. 294). A política pública buscou então

a todo momento encontrar “instituições-igreja”, com estruturas bem definidas e representantes facilmente mapeáveis, sendo que quando não encontrava este cenário se via frente à dificuldade de ter de manter diálogo com um mundo que lhe parece estranho, desordenado; por diversas vezes as disputas políticas internas ao campo afro-brasileiro foi apontado como forte empecilho ao diálogo eficiente com as políticas públicas, crítica que desconsidera as dinâmicas próprias a este segmento.

Outro ponto sintomático dessa disputa em torno da definição da ideia de religião ocorreu quando se propôs que fossem convidados Hare-Krishnas e membros da Seicho-No-Ie para o Grupo de Trabalho. A isso seguiu-se uma breve discussão sobre se esses grupos se configurariam ou não como religiões. Para além da problemática de saber se esses grupos se entendem ou não como religiosos, a resposta da representante da Seção Estadual foi categórica: “Isto já é muito pra minha cabeça”. Percebe-se aqui um momento limiar de aceitação ou recusa de dois grupos enquanto religiosos no espaço público.

O EVENTO

Recebidos por representantes do Departamento Estadual das Ações em Saúde e do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais¹⁴, durante a solenidade de abertura do evento marcada para as dezenove horas daquele primeiro dia, os representantes das matrizes religiosas disporiam cada uma de três minutos para falar aos participantes. Assim, ocuparam a mesa para este momento: a matriz anglicana, a matriz luterana, a liderança indígena Kaingang, a matriz católica, a matriz budista, a matriz espírita e dois representantes da matriz africana. Além desses, compunha a mesa de apresentações também um representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids. “O primeiro passo de uma construção em conjunto das coisas da terra e do céu.”

¹⁴ Órgão público federal de resposta à aids, vinculado ao Ministério da Saúde.

Assim o representante da RNP+RS descreveu a experiência que ali ganhava forma¹⁵. Aos poucos, em suas falas de saudação, os religiosos e representantes do Estado apresentavam o que esperavam e pensavam sobre aquele evento que ajudavam a construir. Com todas as falas recheadas de referências às diversas tradições religiosas ali presentes, neste primeiro momento, pôde-se começar a perceber aquilo que ficaria mais óbvio durante as apresentações das mesas intituladas *Visões das diferentes matrizes religiosas frente à Aids*: aqueles sujeitos e instituições que se propunham a pensar juntos a resposta à epidemia possuíam objetivos e atribuíam importâncias distintas àquele mesmo evento.

O segundo turno do Seminário foi marcado por apresentações de epidemiologistas com o título *Aids hoje*, e pelas mesas *Visões das diferentes matrizes religiosas frente à Aids*. A proposta era que os indicados de cada matriz disporiam de quinze minutos para uma breve apresentação sobre o tema a partir da sua perspectiva religiosa. Neste momento, falaram ao público duas lideranças indígenas (Guarani e Kaingang), um pastor luterano, um frei católico, uma filha-de-santo e um monge budista.

Como um dos momentos centrais do Seminário, dessas mesas, precisam ser destacados alguns pontos. Ao observar-se os religiosos lado a lado apresentando ao público as visões das suas matrizes frente à aids, o que emerge imediatamente é a diversidade de formas e tópicos que estas religiões mobilizam para falar sobre o tema e, conseqüentemente, a diversidade de posturas que elas assumem frente ao Estado no que se refere a suas inserções na luta contra a epidemia. A preocupação central do pastor luterano em sua fala era com a construção de “uma religião cada vez melhor”, “mais humana” e cada vez “[...] mais capacitada para acolher os necessitados” e “[...] responder aos problemas do mundo”. As lideranças indígenas chamaram a atenção para a diversidade de etnias existentes no Brasil e para a necessidade de informações sobre aids que contemplem as particularidades linguísticas e culturais de cada grupo. O frei que se apresentou em nome da matriz católica teve como foco de sua fala a importância de as religiões assumirem parte ativa

¹⁵ Agradeço especialmente a Zé Helio, pela frase que inspirou reflexões e me guiou durante a escrita deste texto.

na luta contra a epidemia e colocou-se assim como parceiro potencial das políticas públicas para a realização de ações de combate à epidemia. O monge budista trouxe às apresentações um tópico até então não contemplado por nenhuma fala. Para ele, as religiões podem contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficientes através de seus “conhecimentos milenares sobre o ser humano”. Mais do que parceiras para a realização de tarefas, as religiões guardam conhecimentos que, se incorporados às políticas de saúde, poderiam redundar em melhores resultados¹⁶.

A única matriz que extrapolou consideravelmente o tempo de sua apresentação foi a africana. Sua fala, que deveria durar quinze minutos, extrapolou esta marca em meia hora e aquela filha-de-santo – mulher e negra – enfatizava, fundamentalmente, a condição marginal do seu segmento étnico e a repercussão desta marginalidade integral na conformação de uma vulnerabilidade específica à epidemia. Ainda que a extensão de seu discurso tenha desagradado grande parte da plateia, ninguém cassou sua palavra que, mais do que posicionar sua religião como parceira para a contenção da aids, chamava a atenção para a particularidade de seus religiosos como vítimas do HIV.

Seguindo o curso dos acontecimentos, no início da segunda tarde do evento, a Dr. Vera Paiva¹⁷ apresentou uma conferência que teve como ponto alto uma polêmica surgida na plateia. Chegado o momento do debate posterior à apresentação da palestrante, um homem de terno levanta-se e reacende uma discussão que já havia sido, de algum modo, travada durante as reuniões do GT. Ele se apresenta como um pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e propõe ao salão a seguinte inquietação: Até que ponto o discurso militante em aids, “[...] que patrulha até mesmo as palavras que usamos”, não confunde princípios com preconceito? O pastor com isso indicava querer participar da luta contra a epidemia, mas reclamava ser repellido

¹⁶ Os trechos citados entre aspas neste parágrafo foram extraídos do diário de campo.

¹⁷ Professora Doutora Vinculada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, pesquisadora e militante de reconhecida trajetória na luta contra a epidemia de HIV e aids e coordenadora do campo São Paulo do projeto ‘Respostas Religiosas ao HIV/AIDS no Brasil’.

a cada tentativa de se colocar neste espaço. A resposta à sua pergunta veio da própria plateia na voz de uma prostituta¹⁸ que também assistia ao evento. Segundo esta mulher, o que ocorre é que ela também sofre preconceito e patrulha das religiões e que se hoje em dia os religiosos são repelidos é porque os soropositivos não estão ali para serem discriminados.

Este pequeno embate entre o pastor evangélico e a prostituta pode ser pensado como bem representativo daquilo que se coloca em jogo quando o Estado se propõe a fomentar a inserção de denominações religiosas na luta contra a aids. Durante as reuniões do GT, o que se chamou “questão dos evangélicos” já havia sido pensada; foram feitos convites para compor o GT a diversas religiões deste segmento, sendo que nenhum deles foi respondido positivamente. Ao longo das reuniões do GT fomos informados pela representante da Secção Estadual que um pastor a havia procurado solicitando uma lista contendo nomes de soropositivos cadastrados no banco de dados estadual, pois ele pretendia procurá-los para oferecer uma proposta de cura através de sua religião. Nesta situação o grupo chegou a um amplo consenso acerca dos limites para a participação religiosa em intervenções sobre a epidemia. “Os evangélicos” foram considerados ortodoxos demais em suas propostas e pouco abertos ao diálogo tanto com os movimentos já instituídos na luta contra a aids quanto com outras matrizes religiosas. Os representantes da Seção Estadual optaram então por não insistir nos convites que já haviam sido negados e ali se definiu o perfil que se esperava das religiões para que elas participassem do GT: as matrizes religiosas teriam de estar dispostas a ceder frente aos conhecimentos produzidos cientificamente, sendo que pregar a ineficácia do preservativo e a cura de uma doença medicamente incurável são vistos como os principais entraves colocados por religiosos às ações de saúde em aids.

A tarde do segundo dia do evento foi composta também pela mesa intitulada *Fundamentos antropológicos do cuidado*, que tinha como debate-

¹⁸ Chamo atenção aqui para o fato de que existe uma discussão interna ao movimento de profissionais do sexo no que se refere aos termos e títulos pelos quais elas se apresentam e se identificam profissionalmente. O tema é vasto e para os propósitos deste texto basta dizer que naquele evento era sob a designação “prostituta” que elas se colocaram no debate.

dores um dos freis coordenadores da Casa Fonte Colombo e componente do GT, e dois acadêmicos; todos com longa trajetória na luta contra a aids. Após essa mesa, em uma conversa enquanto nos encaminhávamos para a próxima atividade do Seminário, o mesmo pastor que protagonizou o debate anterior com a prostituta compartilhou comigo mais um desconforto seu com relação ao evento: ele reclamava da posição de destaque que assumiam os freis da Casa Fonte Colombo e Pastoral da AIDS frente às demais lideranças religiosas no evento. Segundo o pastor, nenhuma religião teria legitimidade para chamar outras para alguma ação específica, e somente o Estado deveria se colocar em posição de autoridade naquele evento. A reclamação do pastor passa ainda a ter mais fundamento se pensarmos nela em conjunto com o fato de que durante as reuniões do Grupo de Trabalho se criou tacitamente uma ideia de núcleo fundamental do grupo; assim, pela densidade das contribuições propostas e participação na organização do evento, as datas e os horários das reuniões tentavam ser adequadas à disponibilidade dos freis, da equipe do projeto Respostas Religiosas, dos representantes das ONG/aids e RNP+, e dos representantes das políticas públicas de aids. De fato, os freis, pela longa trajetória e relevância das ações que promovem no combate à aids, assumiram por diversos momentos uma posição de referência às demais religiões em se tratando de ações positivas incidindo sobre a epidemia.

Após essa mesa, os participantes do Seminário foram divididos segundo suas matrizes religiosas (ou profissão, no caso dos técnicos de saúde), a fim de que reagissem às seguintes colocações: 1) Quais são os elementos fundamentais na prática do cuidado de acordo com sua matriz/profissão; 2) Que desafios precisamos repensar e que limites precisamos superar; e 3) Contribuições para elaboração da Carta do Seminário.

Incitados a se dividirem segundo suas matrizes religiosas, novamente aqui se percebe o caráter situacional e indefinido da categoria utilizada. Havendo somente três indígenas representando a matriz religiosa indígena, em um pequeno tumulto pelos corredores do hotel, algumas das lideranças da matriz africana tentaram englobar os indígenas em seu grupo, isto sob o argumento de que suas demandas eram as mesmas e de que os dois grupos se

identificavam. Tal fusão, ainda que não tenha sido barrada pela organização do evento, não foi levada a cabo, pela discordância final dos próprios indígenas em questão. Diferentemente do que as lideranças da matriz africana propuseram, as lideranças indígenas argumentaram quererem se organizar em um grupo distinto, reclamando assim reconhecimento específico de suas demandas e particularidades. Por outro lado, a matriz evangélica idealizada pela organização do evento, que se fracionou em diversas outras matrizes nas inscrições no Seminário, para este momento de debate e encaminhamentos propositivos, voltou a se fundir, sem maiores problemas para os seus componentes.

Pode-se tirar disso a percepção do caráter dinâmico das fronteiras identitárias quando se pensa em *matriz religiosa* ou, mais amplamente, em religião. Reconhecer-se enquanto identificado ou distinto de outro grupo depende fundamentalmente das estratégias utilizadas para alcançar os objetivos propostos e mesmo das condições de possibilidade próprias do campo religioso.

O último dia do *1º Seminário Aids e Religião – RS* foi marcado pela mesa intitulada *O papel de todas às instâncias sociais em uma resposta articulada em HIV/Aids*; e por um momento em que os participantes se distribuíram segundo as regiões nas quais habitam no estado, a fim de pensar a articulação inter-religiosa nestes locais. Tal momento frutificou nos diversos seminários municipais realizados posteriormente ao evento aqui narrado.

Após as apresentações da síntese das discussões realizadas em cada grupo, foi lida a carta¹⁹ com os encaminhamentos do Seminário e este foi oficialmente encerrado pelos representantes da Secretaria Estadual de Saúde.

AIDS E RELIGIÃO NO RIO GRANDE DO SUL TRÊS ANOS APÓS O SEMINÁRIO

Como dito pelo representante da RNP+RS, o evento que busquei narrar ao longo deste texto foi somente o primeiro passo de algo maior que se esperava construir. Historicamente, as religiões, pensadas em geral, são vistas como entraves ao avanço de discussões e de garantia de direitos quando o assunto envolve moralidade, sexualidade e, conseqüentemente, políticas públicas que necessariamente incidem sobre estes domínios²⁰. Seminários promovidos por secretarias de saúde visando a construir ações em diálogo com posicionamentos religiosos podem ser entendidos como um grande avanço no sentido de quebrar com estigmas e barreiras consolidadas, que atuam como impedidores de respostas mais positivas à epidemia.

Durante os três dias em que foi realizado o *1º Seminário Aids e Religião – RS*, gestores de políticas de saúde, movimento social de luta contra a epidemia e de pessoas vivendo com HIV/aids, acadêmicos que pensam

¹⁹ Resumidamente, a carta assinada por profissionais de saúde, representantes de ONGs engajadas na luta contra a aids, integrantes das diversas matrizes religiosas e pessoas vivendo com HIV/aids saudá a iniciativa de busca por sintonia entre os valores das tradições religiosas e os princípios que orientam a política pública de saúde. Especificamente, é proposta a ampliação dos canais de diálogo entre tradições religiosas e profissionais de saúde; e a construção de estratégias de prevenção adequadas aos valores de cada tradição religiosa e tendo por referência os princípios dos Direitos Humanos e conhecimentos científicos disponíveis. Por trás do texto da carta, resta uma ideia da necessidade de articulação entre grupos religiosos, movimento social de luta contra a aids e política pública no sentido de promover o cuidado integral ao portador do HIV/aids.

²⁰ Segundo Duarte (2005, p.137), a antinomia entre religião e sexualidade é uma característica da visão de mundo ocidental moderna, que tem a ver com a representação erudita moderna da religião como dimensão antiquada e da sexualidade como dimensão expressiva da autenticidade subjetiva.

e incidem sobre a epidemia e lideranças de diversas religiões construíram em conjunto um diagnóstico do que percebiam como a atual situação das conexões entre aids e religião no estado e concretizaram, a partir disso, na carta de encerramento do evento, suas propostas para a incidência sobre esta realidade.

Do conjunto de propostas da carta, pode-se dizer que somente duas delas chegaram a ser, de algum modo, concretizadas. Assim, foram realizados, ao longo dos anos 2009 e 2010, pelo menos cinco seminários municipais e regionais pelo interior do estado, envolvendo os temas propostos; sendo eles, talvez, resultado direto do momento no seminário dedicado a colocar em diálogo os participantes segundo as regiões de gestão de saúde a que seus municípios responderiam. Neste momento, puderam-se criar vínculos e identificações entre sujeitos atuantes na mesma região e interessados na temática abordada.

O Seminário estadual redundou em dois desdobramentos, além dos eventos regionais citados, ambos protagonizados pela matriz africana. Sobre eles, vale atentar com mais vagar. Fazendo-se presente junto do Grupo de Trabalho através de duas associações distintas – ASSOBECATY e CEDRAB –, ao longo de 2009, cada um destes grupos seguiu rumos distintos no sentido de dar continuidade aos trabalhos propostos pelo Seminário. Imediatamente após o *1º Seminário Aids e Religião*, a Seção de DST/Aids foi procurada pelas lideranças do CEDRAB com a demanda de que fosse realizado, no ano seguinte, um evento nos mesmos moldes, centrado especificamente nas religiões de matriz africana. Assim, ao longo de 2009, o que restava do Grupo de Trabalho que se reuniu no ano anterior – visto que vários dos componentes deixaram de participar após a realização evento –, contando com uma participação mais ativa dos representantes do CEDRAB e da ASSOBECATY, organizaram, também em parceria com a Seção Estadual, o *1º Encontro Estadual sobre Aids e Religião Afro-brasileira: um caminho para a conscientização*. Por seu lado, a ASSOBECATY, contando com uma rede mais articulada na região metropolitana de Porto Alegre e interior do estado, organizou uma série de encontros em terreiros e casas de religião visando a sensibilizar lideranças para a importância da luta contra a

aids e mesmo construir uma base para o diálogo e a ação sobre a epidemia a partir destes lugares.

Sendo assim, um ponto interessante de se notar é o impacto que as orientações da carta do Seminário tiveram sobre o cenário interno da matriz religiosa africana. Duas linhas de ação distintas foram tomadas e pode-se pensar que protagonizar ações de combate à epidemia, funciona, simultaneamente, no sentido de consolidar lideranças. Quando o CEDRAB propôs ao governo do estado a demanda por um seminário específico ao seu segmento, chamou para si politicamente a iniciativa sobre tal empreitada; por outro lado, a ASSOBECATY, estando mais estruturada na região metropolitana e no interior, trabalhou em diálogo com secretarias municipais de saúde, construindo, neste nível, sua articulação política.

Percebe-se que as orientações do Seminário tiveram claras incidências sobre as dinâmicas internas do campo religioso afro-brasileiro. Duas representações distintas deste segmento apropriaram-se das propostas do evento e a elas deram continuidade. Em ambos os casos, este movimento simultâneo de construção de resposta à aids e legitimação político-religiosa se deu através de diferentes articulações com o poder público e suas políticas de combate à aids. Políticas públicas concretizam-se, assim, absolutamente imbricadas nas dinâmicas e construções internas ao cenário religioso afro-brasileiro, conformando parâmetros e abrindo possibilidades de ação.

As demais propostas da carta final do *1º Seminário Aids e Religião – RS* não foram levadas a cabo e, atualmente, segue a discussão sobre a possibilidade de reestruturação do Grupo de Trabalho, com seus desdobramentos ainda por serem construídos e pensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei ao longo deste texto apresentar, através da narrativa de um evento sobre aids e religião, como se dá, na prática, o estabelecimento de limites e parâmetros para a inserção de grupos religiosos no espaço público. Isto foi feito seguindo a perspectiva teórica proposta por Emerson Giumbelli (2002; 2004; 2008), na qual se passa a pensar a relação entre Estado e

religião não a partir do paradigma da laicidade, mas sim da idéia de *regulação do religioso*.

Dentro dessa perspectiva, busquei mostrar como a realização de uma política pública de aids acaba por, simultaneamente, pautar as dinâmicas das inserções do religioso no espaço público e ao mesmo tempo as possibilidades de colaboração entre Estado e grupos religiosos. Notar para a diversidade de caminhos tomados pelo Estado para acessar os grupos religiosos que participariam de sua política pública é revelador das mediações que se interpõem ao reconhecimento de grupos religiosos no espaço público.

No evento aqui narrado, Hare-Krishnas e Seicho-No-Ie, enquanto grupos, estiveram no limiar de serem convidados a participar da experiência em andamento e, assim, se colocar publicamente enquanto religiosos. A questão em jogo aqui é a mesma que a colocada por Paula Monteiro (2009, p. 11), “[...] a partir de quais critérios, em um determinado momento histórico, se reconhece um conjunto de ‘práticas como religiosas’” ou, continua a autora, “[...] onde, quando, como e pelas mãos de quem um sistema de classificações se move para tornar certas práticas legítimas e aptas a serem incluídas naquilo que uma sociedade entende como ‘religião?’”. Aqui, enquanto os dois grupos seguiram à margem do reconhecimento público, o segmento budista logrou ser incluído na política pública em andamento, devido ao fato de a médica que compunha o Grupo de Trabalho possuir contatos particulares com um Templo Budista em seu município.

Devemos atentar também para as particularidades apresentadas pela matriz africana no decorrer do processo aqui narrado. Primeiramente, pela dificuldade dos seus religiosos em estabelecer diálogo com a burocracia estatal através de meios tecnológicos, mas também pelo fato de sua inserção no espaço público enquanto religião ocorrer, como já apresentado na bibliografia por Monteiro (2006) e Giumbelli (2008), pela articulação enquanto elemento cultural e étnico próprio ao segmento negro da população. Ainda que a Seção de DST/Aids pretendesse que todas as matrizes religiosas tivessem igual espaço para participar do evento e de sua construção, algumas barreiras que são socialmente mais abrangentes se colocam à efetividade de certas inserções. Clivagens sociais mais amplas podem ser vistas

se reproduzindo também no cenário religioso observado, e talvez seja o caso de pensarmos junto com Modood (1998, p. 397) quando este propõe que “[...] em uma sociedade na qual algumas das minorias desfavorecidas e marginalizadas são religiosas, uma política pública multicultural demandará o reconhecimento público de minorias religiosas”.

Neste cenário, distintas acepções da noção de religião foram articuladas para justificar a inserção dos diferentes grupos religiosos naquele espaço que se abria. Enquanto a matriz africana conseguia seu reconhecimento pela articulação com as demandas de um segmento étnico-cultural mais amplo, luteranos e católicos acionavam um sentido de religião mais propriamente definido enquanto institucional, no primeiro caso, buscando a adaptação e capacitação do corpo religioso para “[...] responder aos problemas do mundo”, enquanto no segundo, oferecendo ao poder público o apoio de sua estrutura organizada para a realização de ações práticas de combate à epidemia. Ainda um terceiro sentido de religião fundamenta a fala do monge budista durante sua apresentação, para ele, religião aparece enquanto *corpus* de conhecimento sobre o mundo e sobre “o ser humano”.

Ao final da segunda parte do texto, vimos emergir o que se chamou “questão dos evangélicos” e como ao longo do processo de organização do Seminário se estabeleceu um claro limite à participação de religiosos naquela política pública. Para participar da luta contra a aids como era proposto naquela ocasião, era necessário o conhecimento e a aceitação de uma série de normas, diretrizes e etiquetas próprias àquele espaço. Ainda que busque estabelecer parcerias, não necessariamente os órgãos públicos de saúde estão dispostos a abrir mão de seus próprios parâmetros para “a boa intervenção”. O que se esperava das religiões era, como ficou claro pelo segundo eixo que orientou a organização do Seminário, que elas pudessem “(re)pensar seus posicionamentos frente à epidemia”.

Pudemos observar como as dinâmicas próprias do campo religioso não existem enquanto um sistema fechado em si, mas estão sujeitas a influências e mesmo se constroem conjuntamente com outros âmbitos da vida pública. Percebe-se, também, de que modos as ações do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, vinculado ao Ministério da Saúde, incidem sobre

as instâncias estaduais responsáveis pelo combate à epidemia e, desse modo, acabam por repercutir sobre as configurações locais do cenário religioso.

Espero, com este texto, ter contribuído com o debate acerca das presenças do religioso no espaço público e, mais amplamente, com a construção de políticas públicas de combate à epidemia de HIV/aids que sejam sempre pautadas pela defesa das mais amplas liberdades e dos direitos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Castelar. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, Maria Luiza; DUARTE, Luiz Fernando Dias; PEIXOTO, Clarice; BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 137-176.

EMIL, Luana Rosado; SEFFNER, Fernando; STEIL, Carlos. Dinâmicas entre catolicismo e AIDS: processos de reprodução, transformação e (in) formação. In: *RECIIS. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde*. Rio de Janeiro, v. 5, 2010, p. 53-71.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar/Pronex, 2002.

_____. Religião, Estado e Modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. In: *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200005>. Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. Religião e Espaço Público em Três Situações no Brasil. Projeto apresentado para solicitação de Bolsa de Produtividade do CNPq, mimeo., 2009.

MODOOD, Tariq. Anti-Essentialism, Multiculturalism and the 'Recognition' of Religious Groups. In: *The Journal of Political Philosophy*. New York: Oxford University Press, v. 6, n. 4, 1998, p. 378-399.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74, p. 47-65. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

_____. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. In: *Etnográfica*. Lisboa, v. 13, 2009, p. 7-16.

VELHO, Otávio. Antropologia da Religião em Tempos de Globalização. In: VELHO, Otávio. *Mais Realistas Que o Rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.